

XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

ARRISCANDO UMA COMPREENSÃO DO PRIMEIRO GOVERNO DILMA

Angelita Matos Souza*

Resumo: Nosso objetivo é a abordagem dos governos do Partido dos Trabalhadores, enfocando fatores eminentemente políticos que talvez possam contribuir para a compreensão do que vem sendo considerado um insucesso político-econômico: o primeiro governo Dilma. O texto está dividido em duas partes, além da introdução e conclusão, na primeira discorremos sobre o *estilo* Dilma, traçando comparações com os *estilos* Geisel e Lula; na segunda parte expomos interpretações de autores que retornaram aos estudos de Nicos Poulantzas para analisar os governos petistas, arriscando considerações próprias. Recorremos basicamente às fontes secundárias, subsidiadas por fontes primárias na medida em que considerarmos ilustrativo.

Palavras chave: Governo Dilma, Nova Matriz Econômica, Bloco no Poder, Frações de Classe, Autonomia Estatal.

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que os governos do PT praticaram uma política econômica menos atrelada aos interesses do capital financeiro internacional. Especialmente no segundo governo Lula uma *solução de compromisso* foi praticada: interesses do setor produtivo foram contempladas ao mesmo tempo em que se evitou contrariar interesses financeiros dominantes, com a bonança das commodities facilitando sobremaneira tal arranjo. Certa inflexão na política econômica ocorreu, alimentando teses em torno do desenvolvimentismo e dificultando a caracterização da Era Lula como mero continuísmo neoliberal, malgrado seja controversa a hipótese do novo desenvolvimentismo.

A controvérsia decorreria da inegável especialização em torno das exportações de commodities e perda de espaço da atividade industrial no PIB, sem grandes avanços nos setores de maior conteúdo tecnológico. A inflexão é perceptível no ativismo do Estado, na forma de estímulos ao setor produtivo por meio de financiamentos e incentivos diversos, investimentos públicos em infraestrutura, políticas de

*Angelita Matos Souza. Professora de História Econômica do Brasil e de Sociologia no Instituto de Geociências da Universidade Estadual Paulista (UNESP, angelita@rc.unesp.com.br). Apresentamos aqui resultados preliminares do projeto de pesquisa sobre os governos do PT, com apoio FAPESP (processo nº2014/01559-4), porém salientamos que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste texto são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

distribuição renda, de expansão do mercado de consumo de massa, apoio à formação/fortalecimento e ao expansionismo de grandes empresas brasileiras, política externa articulada ao objetivo de expansão de grandes grupos nacionais conferindo prioridade às relações Sul-Sul (Barbosa, 2013; Bastos, 2015; Morais e Saad-Filho, 2011).

Sem deixar de atender às exigências do *mercado* quanto à manutenção do tripé macroeconômico herdado dos governos FHC – câmbio flexível, metas de inflação, superávit primário –, nos governos Lula, como escreveu Bastos (2015), três heresias em relação ao neoliberalismo foram praticadas: 1) veto às novas privatizações e retomada de investimentos pelas empresas estatais, notadamente no setor de petróleo, gás e energia elétrica, buscando estimular a indústria de bens de capital, construção naval e grandes empreiteiras; 2) ativismo dos bancos públicos na execução de políticas de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno; 3) progressismo na política salarial, trabalhista e social, elevando o salário mínimo real em 70% entre 2004 e 2014, fortalecendo sindicatos e promovendo formalização do emprego, ampliando simultaneamente o conjunto de transferências sociais, como o Bolsa Família. (Bastos, 2015, p. 39-40).

Porém sob o impacto do primeiro ano de governo, marcado pela resposta conservadora ao ataque especulativo provocado pela chegada do PT ao poder, muitas análises destacaram o continuísmo neoliberal com os governos de FHC. As interpretações foram mudando e a tese do simples continuísmo perdendo força na medida da retomada do crescimento a partir de 2004, sobretudo a partir de 2006, com mudanças na política econômica. E embora a ideia do continuísmo (até piorado) tenha persistido em alguns autores¹, em geral economistas de filiações distintas concordam que avançou a especialização nas exportações de commodities, porém talvez seja excessivo o mote da desindustrialização.

No campo *ortodoxo*, Bonelli e Pessoa (2010), assim como Schwartzman (2012), estão entre os que rechaçam a hipótese abordando a perda de espaço da indústria de transformação no PIB como tendência mundial. Entre os menos afeitos à ortodoxia, Belluzzo e Almeida (2015) defendem que é preciso não perder de vista a especificidade do caso brasileiro, no qual a queda da participação industrial não estaria ligada aos ganhos de produtividade obtidos e difundidos por meio do avanço industrial como nos países de industrialização madura, por aqui o fenômeno estaria relacionado às políticas econômicas (equivocadas) adotadas especialmente nos anos 1990. Bresser Pereira insistirá no risco da doença holandesa (Pereira & Marconi, 2008) decorrente de recursos naturais abundantes a exigir políticas

1. Como Gonçalves (2012) que fala em "nacional-desenvolvimentismo às avessas", insistindo na desindustrialização, reprimarização e desnacionalização da economia brasileira; e Sampaio Junior (2012) que destaca o caráter "neocolonial" dos governos Lula.

econômicas neutralizadoras (mormente cambiais) em falta no Brasil. Para Medeiros e, se bem entendemos, também para os demais autores mencionados, o problema maior seria com os setores tecnológicos mais avançados: “Sem uma clara política industrial, a estrutura produtiva manteve sua diversidade, mas cresceu extensivamente sem avanços nos setores e nas atividades de maior conteúdo tecnológico” (Medeiros, 2015:143).

Não é nossa intenção tomar posição nesse debate², apresentando dados a fim de confrontar análises a respeito, importa apenas apontar para sua existência uma vez que parece ter influenciado a política econômica de corte industrialista do primeiro governo Dilma, ainda que pareça exagerado falar em desindustrialização e reprimarização como traços definitivos da economia brasileira nesse início de século. Do mesmo modo que seria excessivo falar em neoliberalismo como diretriz principal da política econômica, principalmente diante das políticas anticíclicas adotadas no enfrentamento da crise financeira internacional que eclodiu em 2008, quando as políticas expansionistas do segundo governo Lula seriam incrementadas.

A resposta do governo à crise foi a expansão dos gastos, inclusive porque, como ressalta Bastos (2015), a necessidade de abrandar a recessão nos países desenvolvidos flexibilizaria as recomendações do FMI, no sentido da maior complacência no que tange ao aumento dos gastos públicos nos países periféricos. No centro capitalista as exportações passaram a ser encaradas como meio para dirimir a crise, assim “uma modificação de 180º graus” seria notada nas orientações dos países controladores do FMI aos países subdesenvolvidos, agora favorável à redução das taxas de juros e iniciativas fiscais anticíclicas (Bastos, 2015, p.44-45).

Devido à crise internacional o crescimento da economia brasileira fecharia 2009 no negativo, mas em 2010, por efeito das medidas anticíclicas adotadas num contexto de elevação dos preços das commodities, saltaria para 7,5%. Em média o crescimento da economia brasileira nos governos Lula (2003-2010) ficaria em 4% ao ano, superior ao dos governos de FHC (1995-2002) cuja expansão média anual do PIB foi de 2,3%. Já no governo Dilma (2011-2014) o crescimento médio do PIB foi de 2,2% ao ano. O que teria acontecido?

Inicialmente a queda de 7,5% em 2010 para 3,9% em 2011 estaria relacionada com certa contenção introduzida ao final do governo Lula e aprofundada no início do governo Dilma, visando frear o movimento

-
2. Um balanço do debate acerca da mudança estrutural da economia brasileira encontra-se em Vergnhanini, (2013); Bastos (2012; 2015) o aborda discorrendo sobre o novo desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo (2012), apontando (2015) para o “debate público e de bastidores” e sua possível influência nos rumos da política econômica no governo Dilma, mencionando pesquisa financiada pelo IPEA sugerindo iniciativas de defesa comercial, política industrial e negociação com multinacionais diante das transformações em curso na divisão internacional do trabalho (a partir da p.49).

inflacionário: elevação dos juros, da meta de resultado primário, corte de gastos e de investimentos em infraestrutura. Serrano e Summa (2012) localizam nessas decisões a causa principal da desaceleração da economia em 2011 e 2012. O próprio ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, reconheceria mais tarde que as políticas contracionistas adotadas foram demasiadas na suposição de que a economia mundial estava se recuperando, o que veio a se revelar enganoso (*apud* Singer, 2015, p.51).

A alteração de sentido, com a entrada em cena da *nova matriz econômica*, como ficou conhecido o conjunto de medidas adotadas entre o final de 2011 e primeiro trimestre de 2013, não conseguiria reverter o quadro de baixo crescimento econômico: apesar do crescimento em 2013 (2,7%) ter sido melhor que o de 2012 (1,8%), em 2014 o crescimento da economia ficaria em 0,1%. Ou seja, crescimento zerado em meio aos descontentamentos crescentes contra o governo no interior do bloco no poder e a partir de junho de 2013 nas ruas (que teve seu momento popular no conflito em torno do preço do transporte público).

Desde a primeira perspectiva, no segundo semestre de 2013 vai se percebendo “o deslocamento da burguesia industrial, que aderiu à frente única burguesa contra o ensaio desenvolvimentista” (Singer, 2015, p. 61), justamente quando o “ensaio”, como Singer define a denominada nova matriz econômica, parecia atingir seu auge. Os juros estavam mais baixos, o BNDES capitalizado para financiar a produção, o Real menos valorizado, algum controle sobre o fluxo de capitais instituído, o Plano Brasil Maior (PBM) lançado, com políticas industriais baseadas em isenções fiscais e desonerações da folha de pagamentos, política de conteúdo nacional em curso em setores estratégicos e encomendas da Petrobras, compras governamentais e tarifas alfandegárias favoráveis à produção nacional, programa de investimento em infraestrutura anunciado, aumento do limite de endividamento dos Estados e redução dos preços de energia (Singer, 2015, p.49).

Em linhas gerais tudo ao encontro das demandas do setor industrial, para entidades empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e economistas/lideranças políticas ligados à defesa da indústria a situação era preocupante e em larga medida os problemas atribuídos à manutenção do tripé macroeconômico dos governos FHC, com o controle da inflação articulado à apreciação cambial e aos juros altos. Tanto nos preços da cesta básica como no de bens industriais de consumo, a valorização cambial teria servido ao controle dos preços (e por essa via aos aumentos salariais reais), por isso as taxas de juros reais médias seguiram altas, mesmo com o preço das *commodities* possibilitando reservas cambiais, a fim de sustentar a apreciação da moeda (Bastos, 2012).

E ainda que possa ser exagerada a retórica da desindustrialização, a combinação dólar baixo e juro alto afetaria a indústria, sendo que propostas de políticas industriais focadas em setores tecnológicos

dinâmicos e inovadores foram formuladas no governo Lula: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) fora lançada no início de 2004 e teria seus propósitos reafirmados em 2008, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); no governo Dilma o Plano Brasil Maior (PBM) estaria mais baseado nos incentivos que nas ações estruturais. No entanto é bem provável que a PITCE tenha sido atropelada pelo boom das commodities e a PDP pela crise internacional iniciada em 2008 (Ianoni, 2014; Kupfer, 2013), o PBM pelas razões que gostaríamos de apontar nesse texto.

O fato é que a indústria era uma preocupação presente nas propostas de políticas estatais desde o início da Era Lula e, como indicado, o risco de desindustrialização/doença holandesa orientava o debate sobre economia brasileira nesse início de século. A Nova Matriz Econômica, incluído o PBM, é produto desse contexto. Não arriscaremos uma interpretação propriamente econômica a respeito do seu fracasso na promoção do crescimento, nosso objetivo principal é tentar entender os rumos da economia a partir de fatores políticos argumentando que (a) o estilo Dilma não ajudou, (b) o bloco no poder não conta com uma burguesia nacional, (c) o enfrentamento de interesses dominantes de longa data era difícil sem a mobilização popular.

O ESTILO DILMA

É conhecido que Dilma Rousseff foi eleita graças ao apoio do ex-presidente Lula, que no ápice da sua popularidade a escolheu como candidata do PT à sucessão, aos poucos, porém, certo afastamento entre criador e criatura vai sendo registrado pela mídia, sendo provável que apreendido mais como negativo que como positivo pelos agentes econômicos dominantes. Em junho de 2011, para indignação do *lulopetismo*, a presidente escreveria uma carta bastante elogiosa a Fernando Henrique Cardoso, cumprimentando-o pelo aniversário de 80 anos (na campanha eleitoral de 2014, a carta seria usada pelo candidato Aécio Neves). Ainda em junho o ministro Antônio Palocci deixaria o governo devido às denúncias de enriquecimento ilícito, a volta de Palocci ao centro da campanha eleitoral e em seguida como ministro da Casa Civil certamente contribuiria para diminuir desconfiças com a escolhida de Lula. Segundo Attuch (2011) o PIB brasileiro comparecera em peso à sua posse como ministro, mais que à posse da presidente eleita. Por fim, em outubro de 2011, é noticiado o diagnóstico do câncer de Lula e seu inevitável alheamento temporário da cena política.

Diríamos que começava então o governo Dilma Rousseff, com mudanças na política econômica e popularidade em alta estimulada pela história da faxina, usada pelos meios de comunicação para fomentar a *independência* da presidente face ao seu antecessor, num enredo que incluiria a ida de um suposto desafeto do ex-presidente Lula para o centro do poder: Aloizio Mercadante - do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para o da Educação e daí para a Casa Civil. Por sua vez, o governo Dilma

seria marcado por manifestações de empresários contra a falta diálogo, centralização do processo decisório, aversão ao lucro privado da parte do governo e comparações com o ex-presidente circulando nos bastidores, destacando-se o estilo negociador e contemporizador de Lula em oposição ao centralismo e autoritarismo da presidente³.

Singer (2015) aponta para a produtividade de se comparar o primeiro mandato de Dilma com o penúltimo governo da ditadura militar, do general Ernesto Geisel (1974-1978), cuja política econômica levaria às campanhas empresariais contra a estatização da economia e pelo retorno da democracia. A comparação tem sentido uma vez que no governo Geisel a tentativa de centralização e controle do processo decisório teria afastado frações burguesas do apoio ao governo (Codato, 1997; Souza, 2015), o que de alguma forma pode ter se repetido no governo Dilma. Os dois governos tentaram uma política de corte industrialista em momento internacional adverso e foram considerados intervencionistas e estatizantes, à diferença que o governo Geisel promoveu grandes investimentos em infraestrutura recorrendo ao endividamento externo (a dívida interna apenas principiava sua trajetória ascendente colada à dívida externa), o que levaria a flexibilização da política de conteúdo nacional, contrariando a burguesia do setor de bens de capital, a eleita do II PND. No governo Dilma os investimentos públicos em infraestrutura desaceleraram e se apostou num conjunto de incentivos visando investimentos do setor privado, a política de conteúdo nacional desagradou agentes estrangeiros e o problema maior seria a dívida interna, não a dívida externa *stricto sensu*.

Mas no quesito *estilo*, o penúltimo presidente da ditadura militar gozava igualmente da fama de centralizador, descortês com assessores e pouco dado ao diálogo com empresários. E se tem algo que costuma aborrecer capitalistas são chefes de Estado buscando monopolizar o processo decisório movidos pela *vontade de racionalizar* a distribuição dos recursos públicos. Modos pouco afáveis no exercício do poder também não ajudam, podendo produzir inação entre servidores e desconfiança geral. Sendo os

-
3. É provável que tenha pesado na escolha de Dilma por Lula o fato de uma mulher na presidência, depois de um operário, ser avanço democrático, hoje notícias dão conta do arrependimento do ex-presidente, ver Mário Magalhães. <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/06/22/discurso-de-lula-e-de-arrependimento-por-ter-apadrinhado-dilma-na-sucessao/>, acesso 10/02/2016. E são inúmeras as matérias apontando para o estilo Dilma, ver Luís Nassif (2014) em “Porque os empresários não gostam de Dilma”, <http://jornalggn.com.br/noticia/porque-os-empresarios-nao-gostam-de-dilma>, acesso em 10/02/2016; os artigos no livro de Fábio Alves (2014); matéria da Revista *Piauí*, “A afilhada rebelde” (Edição n. 97, out. de 2014), apresenta um ex-presidente contrariado por não ser escutado pela presidente, informações depois rechaçadas pelo Instituto Lula, <http://www.institutolula.org/nota-a-imprensa-1>, acesso em 10/02/2016. Recentemente (10/02/2016), no jornal *Valor*, o petista ou ex-petista Paulo Delgado afirmou que o ex-presidente Lula tomou por competência o autoritarismo da presidente: “Lula não percebeu que ela não tinha experiência nem acadêmica, nem na iniciativa privada, no partido, no sindicato, grêmio estudantil. Era uma ostra fechada em sua concha”. <http://www.valor.com.br/cultura/4424812/o-pt-chamou-o-urso-para-dancar#>, acesso 10/02/2016.

boatos verdadeiros, o *estado de confiança* de representantes do grande capital pode ter sido abalado pelo modo da presidente Dilma tratar seus auxiliares: distribuindo broncas, sem delegar ou demonstrar confiança nos assessores diretos.

Nos paralelos com o governo do seu antecessor vale destacar o problema dos juros: em janeiro de 2003 a Selic estava em 25,50%, em outubro em 19%, um ano depois 16,25%. Em 2005 devido às expectativas de inflação os juros encerrariam o ano em 18%; com a inflação dentro da meta um novo ciclo de baixa tem início em 2006: dos 18% em dezembro de 2005 cairia para 13,75% ao final de 2008. O crescimento negativo de 2009 permitiu Selic em 8,65% no início de 2010, terminado em 10,66%, ano em que o crescimento iria a 7,5%, com a inflação em 5,9% levando à adoção de medidas contracionistas que seriam aprofundadas no primeiro ano do governo Dilma. Por certo que os lucros bancários se mantiveram elevados nos governos Lula, tanto devido às taxas de juros ainda atrativas em termos internacionais como articulados às políticas de estímulo ao crescimento e ao consumo, mas os juros caíram significativamente. E juros menos altos interessam ao equilíbrio fiscal e à rolagem da dívida pública, havendo confiança no governo e mantida as possibilidades de lucro no setor bancário há margem de manobra para que sejam reduzidos.

Daf Singer (2015) considerar que as diferenças entre os dois governos seriam mais de intensidade, no afã de acelerar “uma viagem cuja direção vinha sendo traçada desde antes” (p.46). Ao reconstituir os principais momentos dessa “viagem” localiza seu ápice no discurso do Primeiro de Maio de 2012, em rede nacional de rádio e TV, quando a presidente Dilma declarou inadmissível a continuidade dos juros mais altos do mundo. Entrava em cena o *estilo confrontacionista*, como escreveu Bastos o governo tanto abusou de pronunciamentos que pareciam querer jogar a população contra os bancos ou indispor outras frações da burguesia contra o capital bancário como recorreu a uma política agressiva de ocupação de mercado pelos bancos públicos na oferta de juros menores (Bastos, 2015, p.61).

O *confronto* se estenderia ao setor elétrico, com a Medida Provisória 579 em setembro de 2012, censurada especialmente por *sócios* estrangeiros (mas aplaudida pela FIESP). As mudanças provocariam a redução do valor de mercado de empresas atuantes no setor, nutrindo críticas ao governo *avesso ao lucro privado*⁴, que em janeiro de 2013 anunciaria ainda a queda nas contas de luz para os consumidores.

4. Singer aponta para reação do capital estrangeiro às mudanças no setor elétrico, representante do Fundo Skagen (norueguês), por exemplo, declarou ao *Financial Times*: “Vemos isso como uma forma de nacionalização de propriedade, então é mais ou menos o que vimos na Venezuela e Argentina” (*apud* Singer, 2015). Segundo Torres (2014) a imagem de que o governo era avesso ao lucro privado e queria impor taxas de retorno baixas tem origem nesta medida provisória, que teria inaugurado o divórcio entre governo e empresários. Não elegeríamos uma data para cisão entre governo e empresários, mas o dissenso se desenhava antes das chamadas “jornadas de junho”, que deram força ao processo.

Como no caso do ataque aos juros, os agentes econômicos reclamariam do *método*: as medidas para a área energética teriam sido divulgadas sem qualquer consulta ou negociação com representantes do setor privado (Alves, 2014).

E viriam a ser muitos os interesses contrariados pela nova matriz econômica a jogar em favor da solidariedade de classe, afinal se “hoje foi ele, amanhã posso ser eu” (Singer, 2015, p.63). Nem a elevação dos juros a partir de abril de 2013, após queda de 12,5% para 7,25% desde agosto de 2011, evitaria as recriminações ao ativismo estatal na mídia nacional e estrangeira, propalando análises negativas de consultorias privadas, agências internacionais de risco, FMI, Banco Mundial etc. A partir do segundo semestre de 2013 intensificaram-se os editoriais desfavoráveis ao governo, insistindo nas teclas dos gastos excessivos, custo Brasil, descontrole da inflação, abandono leviano do tripé macroeconômico, o que acirraria a atmosfera ruim para os negócios e economia do país⁵. Finalmente as pedaladas fiscais reveladas pelo jornal *O Estado de São Paulo* no primeiro semestre de 2014 (praticadas desde 2013 segundo o jornal) contaminariam de vez o ambiente econômico.

Seguindo com Singer, para surpresa de muitos, os industriais foram se afastando de Dilma e paulatinamente se alinhando com a oposição rentista: “Cresceu entre eles a ideia de que se tratava de mandato ‘intervencionista’, que inviabilizava os investimentos e não criava confiança. O irônico é que a intervenção, que de fato houve, visava atender aos próprios industriais” (2015, p. 55). O ponto de vista de Singer faz lembrar estudo de Lessa (1998) sobre o II PND, no governo Geisel, segundo o qual não se deve esperar gratidão dos comensais, porém ainda faltam pesquisas a fim de se precisar esse abandono do governo Dilma pelos industriais e outros agentes do setor produtivo, por enquanto é possível afirmar, como Bastos (2015), que representantes da indústria manifestaram uma passividade curiosa quando os juros voltaram a subir (e o autor aponta para pistas explicativas).

O título do artigo de Singer (2015), “Cutucando onças com varas curtas”, indica sua ideia central: o ativismo estatal para se sustentar demandava sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores. Dessa ótica, o alardeado voluntarismo/autoritarismo da presidente seria insuficiente e, da ótica da burguesia, muito provável que impertinente. Seja como for, quem gozava de melhores condições políticas para uma guinada rumo à mobilização popular – aproximando-se, quem sabe, de experiências bolivarianas - era o ex-presidente Lula, por volta de 2010, no auge da sua popularidade⁶.

5. Singer (2015) faz um relato breve da *campanha*.

6. Luiz Mendonça de Barros, diretor da Quest Investimentos e ex-presidente do BNDES no governo FHC, ao descrever encontro com analistas ligados a fundos de investimento internacionais relata o medo de alguns deles quanto ao risco do Brasil virar uma Venezuela/Argentina no governo Dilma, o consultor teria afirmado que esse risco existiu em 2010, “quando o apoio popular a Lula permitiria uma mudança nas regras constitucionais e a construção de um regime centrado no poder popular e nas ruas”.

GOVERNOS DO PT E BLOCO NO PODER

Alguns autores têm retornado às noções de bloco no poder, frações de classes e autonomia estatal, de Nicos Poulantzas, para analisar as relações entre Estado e burguesia nos governos do PT: Bastos (2015), Boito Jr. (2012, 2013), Ianoni (2013), Saes (2014), implicitamente Singer (2012, 2015), Teixeira e Pinto (2012), entre outros. E consideramos bastante provável que o enfoque *poulantziano* siga profícuo aos estudos sobre luta política no Brasil, desde que levado devidamente em conta que (a) mais que comprovar a validade de uma perspectiva essa deve servir à compreensão da realidade; (b) não se deve confundir frações da grande burguesia interna com a burguesia nacional desaparecida na ditadura militar; (c) é cada vez maior o emaranhamento entre as atividades e interesses rentistas e produtivos, nacionais e estrangeiros.

Muito resumidamente por bloco no poder devemos entender a condição dominante comum aos detentores dos meios de produção e da riqueza em suas relações com o Estado, não uma superaliança de classe, e sim a *unidade* contraditória e conflitiva da classe dominante, ainda que a condição comum favoreça a solidariedade de classe. Implica em dizer que à situação de classe dominante não corresponde nenhum bloco homogêneo/monolítico, os capitalistas se distinguem pelas funções no processo econômico: produtiva, comercial, bancário-financeira; pelas dimensões do capital: grande capital, médio capital; sistemas de fracionamento ligados às relações com o capital imperialista: burguesia nacional, associada, interna⁷. Sem falar em classes de outros modos de produção que sobrevivem na formação social capitalista. (Poulantzas, 1968, 1974, 1978; Saes, 2014)

No processo de formulação das políticas estatais, sobretudo da política econômica, as diversas frações burguesas buscam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões de governo, processo em meio ao qual se delimita a própria autonomia relativa do Estado face ao bloco no poder, construída na luta política, e são as políticas estatais que vão configurando desigualmente as relações de poder no interior do bloco dominante na medida em que priorizam determinados interesses e não outros. Contudo a autonomia estatal não deve ser encarada como mero resultado do fracionamento e disputas de interesses dentro do bloco no poder, antes disso o Estado é uma instituição autônoma, com capacidade decisória

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosmendonca/2015/04/1617685-o-cenario-de-fim-de-mundo.shtml>, acesso em 12/02/2016.

7. Acompanhamos Saes (2014), que prefere a denominação de burguesia associada (como aparece em estudos de Peter Evans) à de burguesia compradora usada por Poulantzas (1978), pois agentes do setor bancário e industrial nacional podem atuar como meros porta-vozes do capital imperialista e a noção de burguesia associada incorporaria a de compradora.

distintamente do poder de classe, daí a luta pela influência sobre os ramos estatais decisivos à elaboração das políticas estatais⁸.

Diante de políticas contrárias aos seus interesses, frações da classe dominante podem reagir com boicote econômico (greve de investimentos, fuga de capitais, aumento dos preços, demissões em massa), formação da opinião pública contra tais medidas (via meios de comunicação de massa), oposição parlamentar, *vazamento* de denúncias etc. Agora é certo que o Estado não é um mero refém do poder econômico e conta com capacidade para impor políticas (do contrário seria impossível, por exemplo, tributar o grande capital), cujo êxito depende do poder das forças sociais que as apoiam, sobretudo da capacidade de organização e pressão dos trabalhadores, fundamentalmente no caso de reformas tributárias, salariais, de proteção social, reforma agrária.

No caso brasileiro o processo de desenvolvimento capitalista gerou uma burguesia associada e uma burguesia interna que se tornaram forças definitivas no bloco no poder nas últimas décadas, sendo a burguesia nacional, mais inclinada às posições nacionalistas e anti-imperialistas, a grande derrotada no golpe de 1964 (Saes, 2014, p.116). A burguesia interna se distinguiria da burguesia associada devido à sua posição ambígua face aos interesses do capital imperialista, com o qual pode manter parcerias e interesses comuns enquanto briga por políticas estatais de proteção contra a concorrência estrangeira. Em se tratando da burguesia associada o alinhamento com o capital imperialista é inequívoco.

A ideia de *fracionamento* não é exclusiva de Poulantzas e *poulantzianos*, está ligada à tradição marxista, mas foi o autor quem melhor a sistematizou e elaborou a noção de burguesia interna. Na retomada do enfoque alguns autores têm priorizado as relações entre burguesia associada e burguesia interna em dimensão nacional, outros as relações entre burguesia interna e capital imperialista. Quer dizer, a política econômica dos governos petistas teria priorizado os interesses da burguesia do setor produtivo em contraposição ao *rentismo* ou teria priorizado os interesses da burguesia interna, incluída a fração bancário-financeira, tratando de assegurá-la do expansionismo do capital financeiro internacional.

É dessa ótica que Singer (2015) explica as diferenças entre a sua posição e a de Boito Jr. (2012). Para Singer (2012, 2015) a contradição principal, sobre a qual arbitraria o governo Lula, seria entre os interesses da produção e os do rentismo; ao passo que para Boito o caráter nacional ou internacional é que seria decisivo, separando bancos nacionais de estrangeiros e indústria nacional da internacional. “Em suma [para Armando Boito], toda a burguesia interna, seja ela rentista ou produtiva, desejaria ser

8. Ver Codato e Perissinotto, 2011, capítulo 2. Uma análise igualmente interessante sobre a autonomia do Estado buscando articular as dimensões sociocêntrica e estadocêntrica, com considerações sobre os governos do PT, pode ser encontrada em Ianoni, 2013.

defendida da concorrência externa, que ameaça sufocá-la, enquanto os capitalistas externos combateriam o protecionismo, privilegiando a abertura dos mercados” (Singer, 2015, p. 62). Para Singer, estaria em jogo procurar saber qual é a *contradição principal*: entre produção e *rentismo* ou grande capital nacional *versus* capital financeiro internacional, sem descurar que ambas “cortam tanto a coalizão produtivista quanto a rentista. Equivale dizer que, para iluminar a totalidade, o conjunto de tensões precisa ser levado em conta” (2015, p.62).

Certamente as duas *contradições* operam simultaneamente, e podem ter o mesmo peso, ou a *contradição principal* pode variar de conjuntura para conjuntura. De qualquer forma a totalidade não colabora, a título de ilustração é possível afirmar que a grande burguesia interna do setor bancário-financeiro atua marcadamente como burguesia associada ao defender interesses comuns com o capital financeiro internacional (políticas de juros e superávits elevados, austeridade fiscal), contudo sem abandonar posições condizentes com sua condição de burguesia interna demandando proteção contra concorrência estrangeira. Um grande banco como o Bradesco, por exemplo, pode ao mesmo tempo aderir à cartilha dos bancos/instituições internacionais e vindicar políticas de proteção do mercado local contra bancos estrangeiros, sendo ainda acionista relevante numa empresa como a Vale S.A. e, portanto, provavelmente interessado nos financiamentos do BNDES, os quais os representantes dos interesses financeiros tendem a apontar como concorrência desleal, negativo ao livre mercado etc. Evidente que em última instância deve predominar a face financeira da empresa (a atuação como burguesia associada), porém as possibilidades de clivagens são inúmeras⁹.

O mesmo valeria para a grande burguesia industrial que, como escreveu Bastos (2015, p. 66), além de rentista é “cada vez mais compradora” e como burguesia interna busca apoio estatal para preservar/expandir mercados nacional e regional. Além disso, multinacionais do setor produtivo, igualmente favorecidas pelos governos do PT, com destaque para o setor automobilístico (que talvez lidere o processo de substituição *por* importações dos últimos anos), disputam incentivos do Estado brasileiro e geralmente alcançam, embora partícipes do capital financeiro internacional, cujos porta-vozes pressionam pela austeridade nos gastos públicos. Evidente que estão em jogo os interesses da cadeia de empresas nacionais envolvida na produção de bens de consumo duráveis comandada por multinacionais e pesa a questão do emprego, mas a política econômica dos governos petistas, ainda que tenha valorizado o capital nacional, esteve mais orientada ao estímulo da atividade produtiva, mesmo em

9. O que não significa que se deva ampliar o recorte, as noções de burguesia interna e associada, produtiva ou rentista já dão muito *pano para manga*. Sobre os grupos multifuncionais (como deve ser o caso do Bradesco) e a noção de fracionamento ver Saes, 2014.

mãos estrangeiras, sem deixar de priorizar os interesses bancários-financeiros (afora a curta tentativa do governo Dilma).

A essa altura se pode duvidar da proficuidade da ideia de *fracionamento*, como defendido antes, mas apesar dos interesses/atividades estarem mais imbricados a ideia seguiria útil à compreensão de como os agentes econômicos atuam politicamente, sendo que a complexidade não é tão irrazoável como possa aparentar, uma vez que existe hegemonia. Quer dizer, os interesses de um segmento – o bancário-financeiro - conseguem se impor como interesse geral do bloco no poder, obviamente não sem conflitos. O circuito financeiro constitui *locus* da valorização patrimonial da riqueza decisivo para hegemonia do capital bancário-financeiro, enredando as *teias* de interesses que sustentam os juros altos no Brasil – do grande capital em geral, parcelas da classe média alta e mesmo entidades dos trabalhadores. O que talvez não inviabilize de todo teses em torno do neodesenvolvimentismo, instigadas pelo espaço maior conquistado pelo setor produtivo e políticas distributivas, no entanto é inegável que a hegemonia da fração bancário-financeira fragiliza o argumento.

Já indicamos a controvérsia ao redor do tema e diante da fraqueza do governo Dilma para praticar políticas de corte industrialista não manifestaríamos muito entusiasmo pelo seu endosso, tendo como parâmetro fundamentalmente a definição de Fonseca (2013) de que por desenvolvimentismo se deve entender “a política econômica formulada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do *crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial*, transformar a sociedade” (p. 28, grifo nosso). O crescimento econômico seria condição insuficiente para se falar em desenvolvimentismo, conceito que incorporaria um projeto de desenvolvimento (assim como o *neo* o deveria), sob a liderança do setor industrial, orientado para “fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais” (2013, p. 28), tais como produtividade baixa, concentração de renda, desigualdade social, vulnerabilidades externas (dependência tecnológica, financeira), melhoria de indicadores sociais nas áreas de educação, saúde, saneamento, meio ambiente etc. Sem dúvida ocorreram avanços nos governos Lula, mas não ousaríamos caracterizá-los como desenvolvimentistas, sequer o governo Dilma (Fonseca, 2016).

Partidário da hipótese do neodesenvolvimentismo, para Boito Junior (2012b) tratar-se-ia do “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico”, diferente do período populista e mesmo da ditadura militar, o *neo* conferiria menos centralidade para a indústria voltada ao mercado interno, se conformando à nova divisão internacional do trabalho e valorizando a atividade exportadora de commodities. Modelo alicerçado em uma “frente política neodesenvolvimentista” dirigida pela grande burguesia interna que envolveria trabalhadores oriundos da baixa classe média,

operariado, campesinato e massa marginal. A burguesia interna estaria “distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional” (Boito, 2012b, s/p). Na luta política o adversário dessa frente seria o denominado campo neoliberal ortodoxo, caracterizado pela defesa dos interesses do capital financeiro internacional por frações estreitamente articuladas a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e alta classe média. O autor (2012a) adverte que “frente” não é o mesmo que “aliança” alicerçada num programa comum, se bem entendemos seria algo como um ponto de convergência interclassista a orientar a prática política.

Para Singer (2015), em linha de continuidade com o reformismo (fraco) dos governos Lula um “ensaio desenvolvimentista” teria sido tentado no governo Dilma, baseado numa “coalizão produtivista”. Ianoni (2013) adere à ideia de “pacto” advogando que, nos governos Lula, o “pacto de dominação neoliberal” teria sido desarticulado em favor de um “pacto de dominação social-desenvolvimentista”, partidário de um modelo de desenvolvimento com inclusão social que reuniria capital produtivo, trabalho e produtores independentes (2013, p.21)¹⁰. Nós preferimos a noção de frente, mais *fraca*, embasada numa convergência antineoliberal, capaz de *reunir* de maneira instável frações capitalistas e trabalhadores, mesmo formalmente, como na proposta produtivista *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, assinada pela FIESP e entidades dos trabalhadores (Bastos, 2015; Singer, 2015). *Frente antineoliberal* em formação desde antes da chegada do PT ao poder e importante para tanto, expressiva de uma oposição moderada ao neoliberalismo, identificada mais à defesa do ativismo estatal na promoção do crescimento econômico, sem afugentar o capital estrangeiro, preferencialmente atraindo investimentos de fora.

No que se refere à ideia de emergência nos governos Lula de uma situação de equilíbrio de classes que propiciaria poder de arbitro ao Estado, Boito (2013), em texto-comentário sobre estudo de Singer (2012), defenderá a hegemonia da grande burguesia interna no interior do bloco no poder, segundo o autor: “Os governos petistas não arbitram; na verdade eles priorizam os interesses dessa fração burguesa” (2013, p.175)¹¹. Isto para dizer que a hipótese de Singer (2012) de emergência de um Estado de tipo

10. Quanto aos outros autores retomados neste tópico (em função do enfoque *poulantziano*), se bem entendemos, não abraçam a tese do neodesenvolvimentismo. Bastos (2015) parece mais interessado nas transformações na divisão internacional do trabalho e sua influência sobre frações da classe dominante no governo Dilma, tendo num texto anterior (2012) tratado da distinção entre social-desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo, apontando para as limitações dos dois enfoques. Saes (2014) não está escrevendo sobre os governos do PT, embora os mencione a título de ilustração para indicar a tentativa de alteração da correlação de forças no interior do bloco no poder. Teixeira e Pinto (2012) parecem mais interessados em apontar para uma oportunidade se abrindo, como expomos adiante.

11. Em texto anterior, Boito (2012a) havia defendido que a burguesia interna conquistara maior espaço político nos governos do PT, agora, neste texto de 2013, fala em hegemonia dessa fração. Nós ficamos

bonapartista seria equivocada. Com efeito é possível afirmar que para Singer (2012) os governos Lula, fortalecidos pelo fenômeno do lulismo e pela bonança das commodities, teriam praticado a arbitragem entre as classes fundamentais, de forma a atender demandas do subproletariado, dos trabalhadores organizados e do setor produtivo.

Não se trata do Estado capitalista *normal*, que busca sempre arbitrar interesses do bloco no poder almejando uma política de compromisso que garanta alguma *harmonia* ao exercício do poder e sim de um Estado de tipo bonapartista, com autonomia para arbitragem *acima* das classes. Mas embora concordemos com Boito (2013) nas ressalvas à essa leitura, assim como à tese de conservadorismo do subproletariado, no cerne da análise de Singer (2012), é justo reconhecer, está a emergência política da massa desorganizada e seus efeitos político-eleitorais: o lulismo como fenômeno bastante contraditório que acionaria as alavancas do Estado para beneficiar a porção da classe explorada mais à deriva, com renda de até dois salários mínimos e destituída das condições mínimas de organização política *desde baixo*, despontando na cena política como massa desorganizada.

Vale lembrar que Singer acata sugestão de cautela nos paralelos com a análise de Marx em *O 18 Brumário*, tendo em vista as similitudes entre os governos de Luís Bonaparte e Lula serem restritas (2012, p.37), mas possíveis na medida em que a emergência política de uma massa desorganizada definiria o lulismo. E a preferência de Singer pelo bonapartismo, em vez de populismo, é justificável porque diferentemente do populismo, que organiza e mobiliza politicamente *desde cima* as classes trabalhadoras urbanas, o lulismo não organiza nem mobiliza sua *clientela* e ainda tenda conter mobilizações da parte dos trabalhadores organizados. Entretanto, da perspectiva da autonomia do Estado, é difícil sustentar a ideia de emergência de um Estado de tipo bonapartista, como na fase do populismo na política brasileira, tendo em vista a existência de uma força social dominante – os agentes do capital bancário-financeiro - capaz de *influenciar determinadamente* as políticas de Estado. Não que os governos populistas atuassem num vazio social, todavia estudiosos do assunto costumam atribuir maior autonomia ao Estado relacionada à conjuntura de *crise de hegemonia* – com nenhuma fração dominante hegemônica.

Os governos Lula não contaram com conjuntura similar e sim com a autonomia *habitual* do Estado, porém com recursos para gastar, conseguindo arbitrar interesses com mais liberdade, como em geral logram os governos abonados. Sobretudo no segundo mandato uma política econômica “híbrida” seria implementada (Moraes e Saad-filho, 2011, p.521), mesclando medidas de perfil *desenvolvimentista* – do novo e do social desenvolvimentismo – com a manutenção do tripé macroeconômico herdado dos

com a primeira posição. E, como entendemos, Ianoni (2013) também compartilha da ideia de Estado-arbitro.

governos FHC. A entrada em cena do lulismo e seu aporte político-eleitoral (assegurando votos e doações de campanha milionárias) acrescentaria *emoção* à vida política, sendo crucial à blindagem de Lula diante do escândalo do mensalão (Singer, 2012), assim como o apoio de capitalistas ao líder do PT (Martuscelli, 2015).

Agora “política híbrida” não quer dizer igualitária, compartilhamos de análises que consideram que os governos Lula *realizaram* a hegemonia política do grande capital bancário-financeiro, o que em hipótese alguma significa que outros interesses da grande burguesia interna tenham sido ignorados (Saes, 2014, p.118). Nem poderiam, dado a demanda por commodities e as descobertas do pré-sal a estimularem inclusive atividades industriais. No entanto se poderia tentar *entregar* o controle de tudo para o capital imperialista, não se investir no social, em obras de infraestrutura, na integração regional. Pesou nas decisões políticas a trajetória do PT e seu líder e movimentos sociais que compõem essa história e, claro, o papel da *frente antineoliberal* nas decisões políticas.

Por sua vez, à hegemonia dos interesses do grande capital bancário-financeiro - no aparelho de Estado alojados principalmente no Banco Central – pesa o fato de ser essa a fração dominante internamente que menos conflitos mantém com os interesses do capital financeiro internacional, sendo indício maior da hegemonia dessa fração dentro do bloco no poder a evolução dos lucros bancários durante os governos do PT e o insucesso da tentativa do governo Dilma de promover uma inflexão produtivista em favor da indústria, sem falar no seu poder ideológico translúcido na mídia local.

Isto posto, a contradição principal, à maneira de Singer (2015), seria entre produção e rentismo, decididamente atravessada pelas relações com o capital financeiro internacional, sendo que a expansão do capitalismo monopolista produz cada vez mais emaranhamento entre atividades/interesses rentistas e produtivos, nacionais e estrangeiros, inibindo ambições de Estado no sentido da contenção do rentismo em favor da produção. E são sobretudo ambições de Estado, é no âmbito estatal que a contraposição entre produção e rentismo se verifica com mais força, por certo articulada às demandas societárias, mas que ao cruzarem com a história do *petismo* vão assumindo *formas estatais próprias*. No governo Dilma de encontro a diversos interesses dominantes, afugentando apoio de frações da grande burguesia interna contrariadas com um governo propalado como *potencialmente bolivariano* e dirigido por uma presidente incapaz de despertar empatia. O que ajudaria a entender as manifestações de apoio de porta-vozes da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e CNI (Confederação Nacional da Indústria) quando o governo decidiu baixar os juros usando os bancos públicos (Singer, 2015) e o relativo silêncio dos representantes da indústria quando estes voltaram a subir (Bastos, 2015).

Um dos problemas de se estabelecer como contradição principal a entre grande capital nacional (burguesia interna) e capital financeiro internacional é no fundo considerar que os governos petistas e/ou frações da grande burguesia interna sejam nacionalistas, anti-imperialistas. Não são, apesar de manifestarem preferência pelo capital nacional, os governos do PT estiveram longe de impedir a desnacionalização da economia e de fato nunca rejeitaram o capital estrangeiro. De outra parte, a grande burguesia interna aparenta almejar mais que uma posição subordinada diante desse capital e busca o apoio estatal para tanto, mas parece tender à conformação histórica com a posição de sócia menor se o caminho para sua dominância tiver que passar pela construção de um governo nacional-popular.

Mesmo assim, a distinção entre burguesia interna e burguesia associada é passível de verificação na luta política, tendo sido crucial na luta do PT pelo poder. O país conta com grandes empresas nacionais que disputam mercado entre si e com o capital imperialista, seus proprietários brigam por políticas estatais favoráveis aos seus interesses, procurando ir além da condição de meros *associados*, mas distantes de alguma espécie de burguesia nacional, sequer os grandes empreiteiros. Diríamos que a situação idealizada por eles parece ser a das grandes obras de infraestrutura, como a Usina de Belo Monte, parcerias público-privadas abarcando vários interesses em consórcios liderados por grandes empreiteiras nacionais, com cooperações/parcerias de indústrias de máquinas e equipamentos com nexos mundiais, empresas nacionais e estrangeiras de diferentes portes e setores de atuação: fornecedoras de aço e cimento, as que transportam trabalhadores, fornecem as refeições, cuidam da segurança, limpeza e manutenção do canteiro de obras etc. (Cataia, 2013, p. 05). Obras que movimentam a economia em várias escalas, tendo o capital estrangeiro como *associado*, talvez mais decidido agora a inverter sua posição num governo futuro *confiável*.

Em suma, da ótica do processo de elaboração da política econômica a contraposição principal nos governos Lula seria entre produção e rentismo numa conjuntura mais abonada, na qual, por uma série de razões políticas, foi possível incentivar a produção sem confrontar interesses financeiros, com a própria crise internacional abrindo brechas para ampliação dos gastos na segunda metade do segundo mandato Lula. No governo Dilma as condições se alteraram, as manifestações de ruas animaram a oposição e não deve ser descartada, na investida do *mercado* contra o governo, o interesse mais decidido do capital estrangeiro em se tornar um sócio mais relevante na Petrobras e outras empresas, assim como nas grandes obras públicas. Pode ser que a contraposição decisiva tenha passado a ser entre capital nacional e capital imperialista, mais pela ofensiva do segundo que pelo aferro dos representantes do primeiro. Certo é que os acontecimentos relacionados ao governo Dilma precisam ser desvendados com investigações exaustivas, a seguir apresentamos algumas leituras quiçá úteis à orientação de pesquisas.

Teixeira e Pinto (2012) concordam com a hipótese de a fração bancário-financeira ser hegemônica nos governos Lula, entretanto acreditam que nos dois anos finais do segundo governo teriam ocorrido fissuras dentro do bloco no poder produzidas pelo fortalecimento de outras frações - ligadas às exportações de commodities e indústria nacional que se recuperou com o aumento do consumo - e efeitos econômicos e ideológicos da crise financeira internacional. A redução dos juros e o discurso da presidente no dia 1º de maio de 2012 não seriam produto meramente do estilo mais duro da presidente Dilma em comparação ao mais conciliador do ex-presidente Lula, sinalizariam alterações nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro, relacionadas à maior autonomia relativa do Estado diante de frações da classe dominantes. Isto porque, no plano interno, estaria em curso uma transição hegemônica favorecida, no plano externo, pelo enfraquecimento da teoria econômica neoliberal ortodoxa por conta da crise internacional. Cenário em meio ao qual se desenharia uma oportunidade única para imprimir novos rumos à política econômica de Estado, a ser aproveitada pelo governo Dilma. (Teixeira e Pinto, 2012, p. 933-935).

A análise é interessante sobretudo porque baseada na construção de um cenário que pode ter sido o de *intelectuais* no governo, infelizmente não temos pesquisa para oferecer dados a respeito¹², mas a conjectura oferece pistas para se tentar entender o porquê do governo Dilma considerar razoável enfrentar de forma contundente certos interesses dominantes. Não é improvável que tenha apostado numa transição hegemônica internamente e ideológica externamente ou mesmo numa transição hegemônica mundial, com a emergência da China e suposto enfraquecimento dos Estados Unidos abrindo brechas para o confronto com interesses rentistas internacionalizados.

Hoje não faltam *desenvolvimentistas* para apontar os erros da guinada industrialista do primeiro governo Dilma, no entanto é possível que a interpretação acima tenha sido comum nesse campo, dentro e fora do governo, em seguida negada pela realidade político-econômica nacional, que negaria a própria possibilidade de uma transição hegemônica dentro do bloco no poder. Além disso, se é verdade que a teoria econômica neoliberal ortodoxa está se enfraquecendo no centro capitalista¹³, o mesmo não se pode

12. Seria preciso analisar documentos governamentais, entrevistas, textos de representantes do alto escalão, estudos do Itamaraty, Ipea etc.

13. Ao menos é a opinião-desejo de Thomas Piketty manifestada recentemente. Ver <http://piketty.blog.lemonde.fr/2016/02/15/the-rise-of-sanders/>, acesso 17/02/2016. Todavia, como escreveu Bastos (2015): “Se há uma crise de legitimidade das instituições e programas neoliberais, ela não produz sua crise terminal, ou seja, não esgota as pressões que compelem às normas neoliberais de ‘ajustamento austero’ diante das crises do próprio capitalismo neoliberal. De fato, vemos em vários continentes tanto reações populares contra o programa neoliberal quanto uma nova aposta de governos em atenderem às recomendações que emanam de mercados financeiros globais, de políticos e intelectuais neoliberais, a despeito de seu resultado desastroso ou, na melhor das hipóteses, medíocre”.

dizer do Brasil, tampouco uma transição hegemônica dentro do bloco no poder é provável desde exclusivamente políticas estatais, afora em conjunturas especiais (*bonapartistas*).

Melhor teria sido levar um tanto em conta a dimensão *escolhas racionais*, conforme Rossi e Biancarelli (2015) as medidas adotadas pelo governo não serviram para alavancar o investimento privado porque “na lógica do empresariado, em um ambiente onde todos os componentes da demanda apresentam desaceleração, é melhor recompor margem e não investir”. Para os autores o ativismo do Estado deveria ter se concentrado no investimento público em infraestrutura, em desaceleração desde 2011, ao invés de *optar* pela pauta da FIESP, para logo em seguida retomar a da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), subindo os juros para combater tendência inflacionária¹⁴. Aliás, pesquisas da FIESP de intenção de investimento vão apontando para elevação das posições reticentes desde 2011, as razões apontadas seriam a crise internacional, incertezas quanto a política econômica, reavaliação da demanda, ociosidade elevada; em 2014 o quadro pioraria e a justificativa principal seria o baixo nível de confiança do empresariado devido incertezas quanto à política econômica agravadas pelo ano eleitoral¹⁵.

Já a hipótese do boicote da parte dos agentes econômicos para explicar o baixo investimento apesar dos incentivos estatais (como aparece em Miterhof, 2013; Singer, 2013; Rugitsky, 2015), segundo Bastos (2015, p. 60-61) seria de difícil comprovação empírica, ao menos um boicote orquestrado. Talvez tenha ocorrido certa freada no caso das concessões públicas, porque seria racional esperar para negociar melhores contratos, inclusive apelando a processos judiciais e intervenção parlamentar para mudar propostas do governo. Até mesmo no caso dos banqueiros, segundo o autor, seria improvável o “boicote de empréstimos” devido à concorrência dos bancos públicos, embora evidente a campanha empreendida contra o governo pelos banqueiros, contribuindo para envenenar o ambiente e atraindo outras frações de classe para o bloco oposicionista. No caso da indústria de transformação, meta principal do governo, o problema do não investimento estaria ligado à “estagnação da produção em razão da desaceleração cíclica da demanda e, principalmente, do aumento do coeficiente importado, o que manteve estável o nível de utilização da capacidade ociosa a despeito do aumento (em ritmo mais lento) da demanda interna” (p. 60). Com esse panorama, novos investimentos só viriam se “as empresas não estivessem boicotando,

14. Bastos defende posição similar, mas assinala que a recuperação dos investimentos públicos ao nível, por exemplo, do alcançado ao final do governo Lula, pode não ter ocorrido também em razão de “problemas de execução de projetos, inclusive resultantes de boas intenções como controle da corrupção e normas ambientais, tenham atrasado investimentos” (2015, p. 59).

15. Pesquisas FIESP sobre intenções de investimento disponíveis no site da Entidade, a de 2014 disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/pesquisa-fiesp-de-intencao-de-investimentos-2014/>, acesso 20/02/2016.

mas apoiando politicamente o governo petista apesar da irracionalidade econômica do investimento” (p.60). Aí nem com a melhor burguesia que se possa idealizar...

O governo Dilma e alguns analistas passam a impressão de certa confusão, tomando o conjunto ou uma fração da grande burguesia interna por *burguesia nacional*, supostamente identificada ao interesse nacional e contrária à especulação financeira, o que não parece existir. Portanto, ao cutucar “onças com varas curtas”, prescindindo da intensa mobilização dos trabalhadores como defende Singer (2015), e em face da inexistência de uma burguesia nacional¹⁶, o insucesso era praticamente certo, uma vez que frentes/alianças interclassistas não costumam durar muito, ainda mais se greves e mobilizações diversas dos trabalhadores avançarem paralelamente aos aumentos salariais e situações de pleno emprego (razão pela qual alguns autores aventam a hipótese do boicote: as conquistas trabalhistas).

Ademais, os investimentos privados não vieram porque seria economicamente *irracional*. Politicamente críticas aos juros altos da parte de representantes do setor industrial - via FIESP, CNI - podem estar mais para formas de luta por favorecimentos do Estado diante da incontestável hegemonia do capital bancário-financeiro, quer dizer, busca-se compensações para tornar os investimentos produtivos atrativos. Ou podem externar sobretudo demandas da maioria dos industriais com menor facilidade de aplicações no mercado financeiro, na contramão do que desejam os grandes representantes da indústria (Bastos, 2015). Os representantes do grande capital em geral ganham muito no circuito financeiro e não têm tanto interesse na redução drástica dos juros, no entanto brigam por espaço político no Estado, e nos governos petistas frações da grande burguesia do setor produtivo *conquistaram* o BNDES. E não estamos dizendo que isso tenha sido eminentemente negativo, a inexistência de uma burguesia nacional não implica na impossibilidade de parcerias produtivas entre governos progressistas e burguesia interna. De todo modo, assim como as críticas aos juros altos devem ser relativizadas, retóricas nacionalistas não entregariam posições anti-imperialistas de frações que têm ou desejam ter negócios/associações com o capital estrangeiro.

Não que tudo se reduza a um *grande teatro* visando favorecimentos do Estado, por certo que não, na luta política o mais provável é que os representantes do setor produtivo, por exemplo da indústria via FIESP/CNI, defendam políticas que acreditam as mais produtivas para o setor ou mesmo para o país, embasados em pesquisas/análises de qualidade. Entretanto no meio do caminho tudo pode mudar e um fator importante é o posicionamento dos agentes econômicos estrangeiros. Há de se considerar que numa situação de dependência as expectativas quanto aos investimentos futuros são muito influenciadas pelo

16. À maneira como aparece, por exemplo, em Trotsky, uma burguesia relativamente nacionalista, anti-imperialista, talvez existente na Venezuela de Hugo Chávez e na Bolívia de Evo Morales.

comportamento dos agentes estrangeiros. Se esses passam a criticar o governo, diminuem investimentos produtivos de longo prazo, substituem produção local por importações, o mais provável é que sejam seguidos pelos agentes econômicos nacionais (no caso das importações, com o Real valorizado, seria o *racional*), por mais que o governo busque estimular investimentos com incentivos diversos.

Suspeitamos que exista uma questão de fundo ligada à situação de dependência que funcionaria mais ou menos assim: se ao capital estrangeiro interessa um Estado “responsável” como caução para investimentos, particularmente os financeiros, para os agentes econômicos nacionais mais que no Estado a garantia repousa na própria participação do capital estrangeiro. E nesse início de século qualquer governo que possa ser considerada *bolivariano* indis põe esse capital (ao menos o norte-americano e europeu), nesse terreno a mídia local e internacional foi muito incisiva contra supostas tendências *esquerdistas* do governo Dilma, e em certa medida o passado a condenava.

O fato é que o enfrentamento dos interesses dos rentistas provavelmente seja batalha perdida sem a existência de uma burguesia nacional ou da mobilização popular, de preferência burguesia nacional & mobilização popular. Não existindo a primeira condição resta a intensa mobilização dos trabalhadores, sempre uma aposta arriscada que lá por 2010 o ex-presidente Lula aparentava ter condições políticas e econômicas para tentar, não estivesse a *opção* fora do horizonte do lulismo (Singer, 2012). Supondo que o fizesse, o esforço certamente redundaria em alguma forma de *bolivarianismo*, sempre atraso político (heteronomia), embora tudo deva ser devidamente contextualizado. A presidente Dilma herdaria esse reforço, desde que mantida a colagem na figura do ex-presidente. Com certeza o cerco imperialista seria pesado, em função mesmo da posição do Brasil na economia mundial, entre as dez maiores economias do mundo, fazendo da sua *força* também sua fragilidade.

CONCLUSÃO

A contraposição entre as esferas produtiva e financeira - que sequer merece ser denominada *contradição* -, tão presente na vida política brasileira neste início de século, sem dúvida orientando políticas estatais, mostrou-se um tanto falaciosa ao implicar numa relação de exterioridade que talvez não expresse devidamente a realidade: as *finanças* destruindo *desde fora* o setor produtivo. Visão manifestada na luta política por representantes do capital produtivo, da elite política e entidades dos trabalhadores, subjacente às propostas de combate à especulação na esfera financeira como condição à promoção do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Tudo se passa como se os investimentos não ocorressem devido aos juros altos, pois valeria mais a pena especular no mercado financeiro. Uma meia verdade, pois juros atrativos podem ser estimulantes aos investimentos produtivos ao garantirem a valorização do patrimônio no mercado financeiro,

acrescida da possibilidade de ganhos com investimentos produtivos subsidiados pelo Estado. Diríamos mesmo que parece existir certo desinteresse *estrutural* pelos investimentos produtivos da parte dos grandes capitalistas, cuja causa não se limitaria à problemática dos juros e câmbio, estando ligada também à perspectiva endógena de existência de um ambiente hostil aos negócios devido à produtividade baixa, entraves burocráticos, infraestrutura ruim¹⁷. Assim, o *espírito animal* despertaria apenas em vista de *parcerias* irresistíveis com o Estado – investimentos públicos, muito mais que incentivos fiscais - e, claro, havendo confiança no governo em exercício.

E tudo indica que para alavancar investimentos a *confiança* seria fator mais importante que uma política de juros e cambial na direção *correta*. Ao menos assim parece à luz da *Teoria Geral* de Keynes e do experimento do governo Dilma. *Estado de confiança* da parte dos capitalistas identificável nos governos Lula, até porque as condições externas eram favoráveis, governos que fizeram *o possível*, talvez até um pouco mais, mirando os investimentos por meio das parcerias público-privadas: mantiveram os juros de mercado em níveis atrativos e colocaram o BNDES para financiar o grande capital produtivo, privado e estatal. Mas e se tivessem tentado bem mais que o possível? Em nossa opinião deveriam ter tentado a mobilização política da base de apoio popular em torno de um projeto de desenvolvimento de longo prazo explicitado. O que aconteceria só será possível saber no dia em que a alternativa for arriscada *no momento oportuno*, no mínimo constituirá uma chance para se avaliar o suposto conservadorismo das massas neste século novo – se sociopolítico e/ou eminentemente comportamental -, assim como testar os argumentos da extrema esquerda *purista* e sua fé na revolução lampeira.

No governo Dilma o *espírito* dos capitalistas se alterou, por inúmeras razões como procuramos indicar, desde o *estilo* Dilma e forma de condução dos investimentos públicos, às expectativas de esgotamento do ciclo de consumo interno, de desaceleração da demanda asiática, manifestações de rua, campanha pesada dos meios de comunicação contra o *intervencionismo* estatal. E se o alvo principal era a atividade industrial, Bastos (2015) descreve como, de forma articulada às transformações recentes na economia mundial, elevou-se o coeficiente de importados pela indústria local, nacional e estrangeira, daí o autor salientar que a grande burguesia industrial interna, além de rentista, é cada vez mais *compradora*. Por sua vez, não havendo disposição para novos investimentos produtivos evidente que juros elevados são prioridade, daí a *quietude* de representantes da indústria quando voltaram a subir.

17. Como questiona Marcelo Curado (2016), seriam irrelevantes o “complexo, burocrático e oneroso sistema tributário”, o fato de uma mercadoria exportada ou importada ficar retida nos portos brasileiros por questões meramente burocráticas, a qualidade ruim do sistema educacional? Atribuímos ao autor também a lembrança do papel do estado de confiança para os investimentos na *Teoria Geral*. Disponível em <https://marcelocurado.wordpress.com/2016/02/16/roda-viva-e-a-crise-das-ideias/>, acesso em 23/02/2016.

De todo modo, não deixa de surpreender a aposta industrialista do governo e a forma de colocá-la em prática, uma vez que parece algo descolada da realidade. É certo que o governo não esteve sozinho nessa viagem – diríamos, em prol da burguesia nacional inexistente –, foi apoiado por *desenvolvimentistas* nas universidades e meios de comunicação, forças sindicais e entidades empresariais, notadamente as representativas do setor industrial que acabaram por revelar o predomínio da face *associada*. Singer (2015) indica como a própria iniciativa Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) repercutiu nos meios industriais brasileiros, produzindo indisposição aos projetos considerados mais nacionalistas e integracionistas. Em busca da compreensão do que se passou importa o *estilo* da presidente, a autonomia estatal da perspectiva institucional e societária (o bloco no poder), mas o elemento chave reside na intersecção entre *fatores endógenos* e os *exógenos* e as investigações têm muito que avançar nesta direção, as duas primeiras tentativas de interpretação do governo Dilma, amplamente utilizadas aqui, a de Singer (2015) e muito especialmente a de Bastos (2015) constituem um bom ponto de partida.

Finalmente, a tentativa de estimular o setor industrial, na contramão do predomínio do *rentismo*, merecia mesmo apoio à esquerda ou centro-esquerda, assim como as políticas sociais dos governos do PT. E apoia-se até na expectativa de acirramento dos conflitos e, quem sabe, fortalecimento da alternativa, o que não implica em abrir mão da crítica às suas limitações. Entretanto as manifestações de rua em 2013, que empolgaram muita gente à esquerda no seu momento popular, acabaram por abrir espaço para o campo oposicionista e a solidariedade de classe no interior do bloco no poder, sem que o inverso possa ser afirmado: serviram para o despontar de um projeto mais popular de transformação social, baseado na ampla participação política da sociedade, menos atrelado aos velhos modelos de capitalismo de Estado, como ocorreu na Espanha, do *15-M* ao *Podemos*.

Oxalá seja a crise do Partido mais interessante que já surgiu na história do país uma oportunidade para emergência de uma força política *moderna* no Brasil, o que talvez passe pela modernização do próprio PT, uma força social cuja atuação esteja muito além de *arrebanhar* a população carente como base social de apoio, uma força capaz de batalhar incansavelmente pelo ativismo político autônomo, mas não antipartidário, quem sabe, logrando impor ao menos um Estado de Bem-Estar Social digno de ser assim designado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, F. *Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma*. A Nova Matriz Econômica Brasileira no Mundo Pós-Crise. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- ATTUCH, L. Como a arrogância iludiu e derrubou Antonio Palocci. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/3765/Como-a-arrog%C3%A2ncia-iludiu-e-derrubou-Antonio-Palocci.htm>, acesso em 23/02/2016.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: Sader, E. (org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas/SP: IE-UNICAMP, Texto de Discussão, n. 257, agosto de 2015. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3410&tp=a>, acesso em 23/02/2016.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012.
- BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. Como recuperar o vigor industrial. *Carta Maior*, 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FComo-Recuperar-o-Vigor-Industrial%2F7%2F33433>, acesso em 23/02/2016.
- BOITO Jr., A. O lulismo como bonapartismo: uma crítica às teses de André Singer. São Paulo, *Crítica Marxista*, n. 37, 2013.
- BOITO Jr., A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In A. Boito Jr. e A. Galvão (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012a.
- BOITO Jr. A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV /São Paulo, 2012b. Disponível em <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>, acesso em 23/02/2016.
- BONELLI, R.; PESSOA, S. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. Brasília: IBRE/FGV, 2010. (Texto para Discussão, n. 7).
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? *Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo*, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2010/2010.Existe_doenca_holandesa_no_Brasil.pdf, acesso em 23/02/2016.
- CATAIA, M. Poder, política e uso do território: a difusão do macrossistema elétrico nacional. *Anais do XIII Colóquio de Geocrítica*, 2013. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Marcio%20Cataia.pdf>, acesso em 30 de outubro de 2015.
- CODATO, A. N. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CODATO, A. N., Perissinotto. R. M. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. 2013. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>, acesso em 23/02/2016.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo. *Folha de São Paulo* (06/03/2016). Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1746425->

- [desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml?cmpid=compfb](#), acesso 06/03/2016.
- GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 5-30, 2012.
- IANONI, M. Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático. *Revista de Economia Política*, vol. 33 (4), outubro/dezembro 2013.
- IANONI, M. A política desenvolvimentista do governo Dilma e o empresariado, 24/06/2014. Disponível em <http://www.jb.com.br/marcus-ianoni/noticias/2014/06/24/a-politica-desenvolvimentista-do-governo-dilma-e-o-empresariado-3/>, acesso em 23/02/2016.
- KUPFER, D. Dez anos de política industrial. 08/07/2013. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/clipping/download/dezanos.pdf>, acesso em 23/02/2016.
- LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso* (2 ed.). Campinas: IE/UNICAMP, 1998. (Edição 30 anos de Economia-UNICAMP, 5)
- MARTUSCELLI, D. E. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.
- MARX, K. *O dezoito Brumário*. 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20150415_livro_insercao-externa.pdf, acesso em 23/02/2016.
- MITERHOF, M. O problema é o crescimento. *Folha de São Paulo*, 18/07/2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelomiterhof/2013/07/1312750-o-problema-e-o-crescimento.shtml>, acesso 23/02/2016.
- MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política* 31 (4), p. 507-527, 2011.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes Sociales*. Paris: Maspero, 1968.
- POULANTZAS, N. *Les classes Sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Editions du Seuil, 1974.
- POULANTZAS, N. *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. Do industrialismo ao financismo, 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Do-industrialismo-ao-financismo/7/32777>, acesso em 23/02/2016.
- RUGITSKY, F. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana. *Carta Maior*, 08/05/2015. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Do-Ensaio-Desenvolvimentista-a-austeridade-umaleitura-Kaleckiana/7/33448>, acesso em 23/02/2016.
- SAES, D. A. M. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. São Paulo: *Estudos Avançados* 15 (42), 2001.
- SAES, D. A. M. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, 1(7), 46-66, 1998.
- SAES, D. A. M. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In Milton Pinheiro (org.). *Ditadura: O que resta da Transição* (pp. 105-118). São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAMPAIO Jr., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 672-688, 2012.
- SERRANO, F. e SUMMA, R. A. Desaceleração Rudimentar da Economia Brasileira desde 2011. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro. V. 11, n. 2, 2012.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Novos Estudos*, n. 102, julho de 2015. Disponível em

http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf, acesso em 23/02/2016.

SOUZA, A. M. Governos Geisel e Dilma: o poder das finanças. *Revista Cuadernos de Economía*, Bogotá/Colombia, Facultad de Ciencias Económicas da Universidad Nacional de Colombia, vol.34, número especial 66, 2015.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

TORRES, F. Divórcio de Dilma com empresários faz 2 anos. *Jornal Valor*, 11/09/2014. Disponível em <http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/3692084/divorcio-de-dilma-com-empresarios-faz-2-anos>, acesso em 22/02/2016.

VERGNHANINI, R. *O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2013.